

Debate sobre as Linhas de Acção Governativa para a Área da Segurança em 2026

Respostas a Perguntas

I. Iau Teng Pio

1. Face aos novos tipos de actividades de confrontação indirecta e de sabotagem dissimuladas, como se fará, no futuro, no melhoramento da “capacidade de alerta prospectivo de riscos” e do “mecanismo de resposta conjunta intersectorial”, em particular, no âmbito da cibersegurança e da supervisão financeira? E queria saber se vai tomar como referências as estratégias do Interior da China ou vai colaborar estreitamente com o mesmo no combate conjunto aos crimes, para identificar, prevenir e dismantelar com maior precisão e desde a origem estas novas actividades, de forma a garantir a segurança nacional e a estabilidade social da Região Administrativa Especial de Macau (RAEM)?

Resposta da Secretaria para a Segurança:

O “15.º Plano Quinquenal Nacional” propõe a promoção da modernização do sistema e da capacidade de segurança nacional e o aperfeiçoamento do sistema de prevenção e controlo de riscos nesta matéria, no entanto, relativamente às actividades de confrontação indirecta e de sabotagem dissimuladas que visam semear a divisão na sociedade, principalmente através da produção de notícias falsas, reportagens tendenciosas ou publicações com carácter provocador, e depois a manipulação da opinião pública e divulgação ampla na *internet*, se não fizermos as intervenções atempadamente, estas poderão afectar a segurança e a estabilidade da RAEM. Tendo isto em vista, a Polícia Judiciária (PJ), sob a coordenação da Comissão de Defesa da Segurança do Estado da Região Administrativa Especial de Macau, colaborará no aperfeiçoamento dos sistemas e mecanismos relacionados com o alerta de riscos de segurança nacional, assegurando a comunicação atempada de informações sobre riscos, de modo a permitir um alerta prospectivo destas actividades.

No que diz respeito ao mecanismo de resposta conjunta intersectorial, os serviços

competentes no âmbito de segurança nacional estabelecerão um mecanismo de coordenação de trabalhos a vários níveis para a defesa da segurança nacional, através do qual, promoverão continuamente os intercâmbios, a cooperação na execução da lei e a prevenção e controlo conjuntos a nível social com o Interior da China e Hong Kong, reforçando constantemente a recolha e análise de informações e o planeamento de operações, com vista a prevenir, investigar e combater, nos termos da lei, as actividades de confrontação indirecta e de sabotagem dissimuladas.

Adicionalmente, as autoridades de segurança têm vindo a reforçar, nos últimos anos, a promoção do reforço do trabalho policial com recurso à tecnologia. O Gabinete de Informação Financeira dos Serviços de Polícia Unitários (SPU) está a proceder a uma actualização do seu sistema, introduzindo meios tecnológicos e optimizando a análise de informações financeiras, com o objectivo de fortalecer de forma contínua a capacidade de análise de dados de transacções financeiras. Através de um sistema de análise mais abrangente e inteligente, utiliza dados para avaliação e rastreamento de riscos, e mediante a aprendizagem e análise de grandes volumes de dados transaccionais, torna-se possível identificar as transacções dissimuladas que são difíceis de serem detectadas pelos meios tradicionais. Recorrendo à análise unificada e às vantagens dos megadados, aprofunda-se o estudo das correlações entre diversos tipos de informações financeiras, potenciando plenamente a capacidade de decisão orientada por informações e suportada por dados. Tudo isto serve para reforçar o rastreamento de grupos criminosos e das respectivas cadeias de capitais, e melhorar a eficácia global do trabalho de análise.

II. Chan Lai Kei

1. Transferência Transfronteiriça: Desde a entrada em vigor do “Memorando sobre os Departamentos Administrativos de Transferência Transfronteiriça Ponto a Ponto ‘Hospital-Hospital’ entre Hengqin e Macau”, quais são os aspectos que necessitam de ser aperfeiçoados na execução prática? Actualmente, o novo mecanismo funciona em paralelo com o antigo modelo de “ambulância-ambulância”, então, em que situações é necessário ainda recorrer a este antigo modelo? Estão previstas, no memorando, as cláusulas que regulem especificamente a resposta a condições meteorológicas extremas, nomeadamente o sinal n.º 8 de tufão ou superior?

Resposta da Secretaria para a Segurança:

Desde a entrada em vigor do “Memorando sobre os Departamentos Administrativos de Transferência Transfronteiriça Ponto a Ponto ‘Hospital-Hospital’ entre Hengqin e Macau”, os fluxos operacionais de todos os procedimentos foram concretamente estabelecidos de acordo com o planeado. O Corpo de Bombeiros (CB) já se encontra equipado com 5 ambulâncias com matrícula válida para circular em Guangdong e Macau, e com 31 condutores habilitados com a carta de condução necessária. No dia 4 de Dezembro de 2025, foi concluído com sucesso o primeiro transporte de um paciente do Centro Hospitalar Conde de São Januário de Macau para o Hospital de Hengqin do Primeiro Hospital Afiliado da Universidade Médica de Guangzhou, localizado na Zona de Cooperação em Hengqin. O processo de transferência foi coordenado pelos Serviços de Saúde. Durante o transporte, os serviços de controlo fronteiriço das duas jurisdições activaram um canal verde, garantindo prioritariamente a passagem rápida da ambulância. Continuaremos a rever o funcionamento do mecanismo e proceder ao respectivo aperfeiçoamento em conjunto com os serviços competentes.

No âmbito do novo mecanismo, o paciente só pode aceder a este serviço de ambulância transfronteiriço depois de obter o consentimento e a avaliação conjunta das instituições médicas das duas regiões. Tratando-se de uma decisão de âmbito médico profissional, caso o doente não reúna condições para o transporte transfronteiriço, poderá continuar a utilizar o antigo modelo de

“ambulância-ambulância”.

O serviço de ambulância transfronteiriço tem sempre como consideração primordial as necessidades médicas, a segurança e o interesse do paciente, pelo que é necessária a coordenação entre as instituições médicas para assegurar que o transporte seja efectuado em condições de segurança. Em situações de condições meteorológicas extremas, dado que o estado do tempo e das vias pode deteriorar-se rapidamente, para garantir a segurança do paciente, está determinado que o mesmo continua a receber tratamento no hospital de origem e a transferência será efectuada quando as condições meteorológicas e o estado do paciente o permitirem. Actualmente, no memorando, há planos de resposta a situações imprevistas durante o transporte (como congestionamento de trânsito), com o objectivo de salvaguardar ao máximo a segurança do paciente.

2. Como é que as autoridades utilizam a “*South East Asia Justice Network*” (SEAJust), para, a nível institucional e de investimento de recursos, reforçar a eficiência da assistência judiciária nos casos de burlas transfronteiriças na região do Sudeste Asiático, particularmente no âmbito da colaboração no rastreio dos cabecilhas desses parques de burla e dos seus canais de branqueamento de capitais nas regiões de Macau e Hengqin?

Resposta da Secretaria para a Segurança:

A PJ tem vindo a reforçar continuamente a cooperação policial e a troca de informações com o Ministério da Segurança Pública da China, as autoridades de execução da lei das regiões vizinhas e respectivos centros de combate à burla, a Interpol, e o *Lancang-Mekong Integrated Law Enforcement and Security Cooperation Center*, entre outros. Em 2025, a PJ aderiu à plataforma de cooperação transfronteiriça “FRONTIER+”, composta por 12 países e regiões da Ásia-Pacífico. Em Outubro de 2025, as autoridades de segurança receberam um pedido de ajuda de um residente, que alegou que o seu irmão mais novo tinha sido aliciado a deslocar-se ao Camboja para realizar actividades relacionadas com burlas com recurso às telecomunicações e burlas cibernéticas. Após a coordenação e com a assistência do Ministério da Segurança Pública e da Interpol, a vítima

regressou em segurança para Macau no dia 11 de Novembro de 2025, o que demonstrou a eficácia dos mecanismos de cooperação transfronteiriça nesse âmbito.

No que diz respeito à investigação de casos de branqueamento de capitais provenientes de burlas transfronteiriças, a Polícia procede, nos termos da lei, à recolha de provas e ao rastreio dos fluxos financeiros, solicitando, quando necessário, o arresto dos activos envolvidos. Para os casos transfronteiriços, no âmbito da obtenção de dados transaccionais ou acórdãos judiciais provenientes do exterior, são apresentados pedidos formais através de acordos de cooperação judiciária ou da plataforma de cooperação da Interpol. Este procedimento visa garantir que os trabalhos de investigação prossigam dentro do quadro legal e regulamentar, assegurando assim a eficácia da subsequente acusação e do julgamento.

Relativamente à cooperação em matéria de execução da lei entre Macau e Hengqin, desde Maio de 2024 que a PJ estabeleceu um mecanismo de ligação e um canal de comunicação policial por *email* com a Directoria de Segurança Pública da Zona de Cooperação Aprofundada entre Guangdong e Macau em Hengqin. Este mecanismo e canal permitem a troca contínua de informações sobre crimes e assuntos policiais que envolvam as duas jurisdições. Recentemente, o Centro de Combate à Burla em Hengqin, através de uma notificação da PJ, conseguiu identificar rapidamente a vítima de um caso de burla, congelando atempadamente fundos no valor de 800.000 RMB, que foram posteriormente integralmente devolvidos à vítima.

3. Operação Trovoadá: Face ao aumento contínuo do número de turistas em Macau, serão reforçadas ainda mais em 2026 a organização de operações conjuntas e a cooperação estreita com as polícias do Interior da China e de Hong Kong nesse âmbito? Será também intensificada o combate à permanência ilegal e ao trabalho ilegal?

Resposta da Secretaria para a Segurança:

Entre Janeiro e Setembro de 2025, Macau recebeu mais de 29,67 milhões de visitantes, representando um aumento de 14,5% face ao ano anterior. A grande afluência de turistas, além de

impulsionar a economia, traz também factores de instabilidade ao ambiente de segurança pública. Para prevenir e combater os crimes de forma eficaz, os SPU coordenam oportunamente a realização de operações policiais conjuntas a nível local, tais como a “Operação Preventiva do Inverno” ou a “Operação Anti-crime” específica. Adicionalmente, as polícias de Guangdong, Hong Kong e Macau realizam anualmente, de forma sincronizada, uma operação conjunta de combate denominada “Trovoada”, que se foca no combate ao crime organizado transfronteiriço. Paralelamente, as polícias das três jurisdições realizam, conforme a evolução da situação de segurança e de forma irregular, operações conjuntas direccionadas, nomeadamente acções específicas contra a imigração ilegal organizada ou o contrabando. Estas operações visam prevenir e reprimir eventuais riscos e ameaças à segurança, envidando esforços para combater os crimes transfronteiriços e todos os actos ilícitos que perturbem a ordem pública.

No que diz respeito à permanência ilegal e ao trabalho ilegal, os SPU não só reforçaram o combate através das operações coordenadas, mas também no trabalho de rotina, tais como na realização de patrulhas em ruas, rusgas em casinos ou estabelecimentos de entretenimento e de inspecções em “pensões ilegais”. De Janeiro a Setembro de 2025, as autoridades policiais detiveram 10.862 pessoas em situação de permanência ilegal, menos 26 pessoas em comparação com as 10.888 pessoas no período homólogo de 2024.

Em termos do trabalho ilegal, a Polícia, para além de realizar inspecções independentes de forma contínua, leva a cabo operações de inspecções conjuntas com a Direcção dos Serviços para os Assuntos Laborais (DSAL) ou outros departamentos. Os locais de inspecção incluem estaleiros de construção, fábricas, restaurantes e estabelecimentos de entretenimento. Entre Janeiro e Setembro de 2025, a Polícia realizou um total de 722 acções deste tipo, mais 25 do que as 697 realizadas no mesmo período de 2024; o número total de locais inspeccionados foi de 2.812, um aumento de 285 face aos 2.527 do período homólogo; foram instaurados 76 processos penais relacionados com infracções de contratação, mais 9 do que os 67 registados em 2024; o número total de trabalhadores ilegais envolvidos foi de 173, um acréscimo de 56 face aos 117 do ano anterior. No futuro, a Polícia irá intensificar a frequência das inspecções para conter o agravamento

da situação do trabalho ilegal.

4. Cooperação entre Polícia e População: Para fazer face aos riscos complexos, será considerada a possibilidade de criar um “Curso de Certificação de Conhecimentos Policiais Integrados Interdisciplinares”, que abrange a identificação básica de burlas com recurso à inteligência artificial (IA), a comunicação de dados através da plataforma de protecção civil e os conhecimentos jurídicos simples, para os membros principais que participam actualmente em mais de dois mecanismos de ligação comunitária?

Resposta da Secretaria para a Segurança:

As autoridades de segurança fornecem, continuamente, formação aos membros dos mecanismos de ligação de policiamento comunitário. Por exemplo, a PJ empenha-se em realizar acções de formação integrada sobre o policiamento e a prevenção criminal para os membros dos “Amigos da Prevenção Criminal na Área da Habitação” e dos “Amigos da Prevenção Criminal para mulheres”. No segundo semestre de 2025, a PJ organizou 10 sessões do Curso de formação de conhecimentos policiais (nível intermédio) para membros dos “Amigos da Prevenção Criminal na Área da Habitação”, subordinado a vários temas incluindo os relacionados com crimes ocorridos em edifícios, como furto, fogo posto e preservação do local do crime, a cibersegurança, a divulgação de notícias e a negociação para situações de crise, e realizou 31 sessões do curso de formação para os “Amigos da Prevenção Criminal para mulheres”, com temas sobre os crimes que mais preocupam as mulheres, como crimes sexuais e violência doméstica, bem como a segurança nacional, drogas, burlas, entre outros. Estes projectos de formação comunitária diversificados, integrados e interdisciplinares, não só visam consolidar os conhecimentos de prevenção criminal dos participantes, como também divulgam informações sobre vários tipos de crimes mais comuns que são do interesse dos residentes, com vista a melhorar, de forma abrangente, a capacidade de prevenção criminal dos membros deste mecanismo, que por sua vez ajudam a divulgar informações de prevenção criminal na comunidade e junto do público em geral.

O “Mecanismo de Ligação do Policiamento Comunitário” do Corpo de Polícia de Segurança

Pública (CPSP) abrange 13 associações e 297 coordenadores de ligação. Desde 2022, o CPSP criou o “*Workshop* de Conhecimento do Trabalho da Polícia no Âmbito da Segurança Comunitária”, cujos conteúdos incluem a manutenção da segurança pública comunitária, estratégias de prevenção criminal e tratamento de incidentes inesperados. Através de exposições teóricas e análise de casos concretos, possibilita que os membros do mecanismo adquiram conhecimentos e competências relevantes. Até à data já foram realizadas seis edições, com cerca de 216 participantes no total. Com base nisso, em 12 de Novembro, foi lançada a primeira edição do *workshop* de nível avançado, com um total de 51 participantes. Este curso avançado, de forma sistemática, transmite conhecimentos profissionais, sobre temáticas estreitamente ligadas às características de Macau como cidade turística, tais como, controlo de multidões, a avaliação de riscos e a cooperação interdepartamental. Entre Janeiro e Outubro de 2025, o CPSP organizou, através deste mecanismo, um total de 129 actividades, contactando cerca de 13.000 pessoas.

III. Lei Cheng I

1. Em resposta à revisão do regime jurídico do controlo de migração e das autorizações de permanência e residência no próximo ano, irão as autoridades monitorizar e desvendar proactivamente os casos de obtenção do direito de residência através de meios fraudulentos (como casamentos falsos ou contratação falsa)? Existiam dificuldades nas acusações no passado? Houve algum caso com sucesso na recuperação de bilhetes de identidade de residente de Macau?

Resposta da Secretaria para a Segurança:

As autoridades de segurança mantêm uma atenção contínua sobre os actos ilícitos de obtenção de autorização de residência ou permanência em Macau através de meios como “casamento falso” ou “contratação falsa”. O CPSP executa rigorosamente o trabalho de apreciação dos pedidos de autorização de residência e permanência, e investiga proactivamente os casos suspeitos detectados durante o processo de apreciação e aprovação. Por outro lado, tem vindo a ser aprofundada a cooperação comunitária e aperfeiçoados os canais de denúncia dos cidadãos, reforçando o mecanismo de recolha de informações, de modo a identificar e combater eficazmente casos de “casamento falso” e “contratação falsa”. Além disso, a Polícia continuará a reforçar a troca de informações com os serviços competentes de Macau, do Interior da China e de Hong Kong, para combater conjuntamente os actos de obtenção de direito de residência e permanência de forma fraudulenta, bem como a intensificar acções de sensibilização para prevenir a prática destes actos.

Entre Janeiro e Outubro de 2025, o CPSP recebeu 46 denúncias sobre o casamento falso, um aumento de 39,4% em comparação com o mesmo período do ano anterior, e deteve 95 pessoas envolvidas, um aumento de 37,7% face ao período homólogo. Relativamente aos casos de contratação falsa, foram recebidas 39 denúncias, uma redução de 13,3% em comparação anual, e foram detidas 113 pessoas envolvidas, uma diminuição de 18,1% em relação ao mesmo período de 2024.

No que diz respeito ao combate aos casos de casamento falso, como a maioria das pessoas envolvidas é denunciada durante o processo de pedido da autorização de residência, algumas optam por cancelar o seu pedido após serem descobertas. Para os casos relacionados com o salvo-conduto de “ida” para Hong Kong e Macau (salvo-conduto singular), após comunicação ao serviço de administração de migração do Interior da China, o processo de pedido dos indivíduos envolvidos é eficazmente bloqueado. Além disso, para os casos em que a autorização de residência foi solicitada ao CPSP e subsequentemente concedida, o CPSP instrui o procedimento com vista a declarar nulo o acto administrativo de concessão da autorização de residência. De acordo com as estatísticas de Janeiro a Outubro de 2025, o Secretário para a Segurança, nos termos da lei, declarou nulos os actos administrativos de autorização de residência de um total de 15 indivíduos que praticaram casamento falso, bem como de 7 filhos que os acompanhavam.

2. Há residentes de Seac Pai Van que relataram a existência de equipamentos semelhantes a garrafas de acetileno armazenados em lotes de terreno perto da área residencial. Como é que as autoridades vão reforçar a supervisão sobre o armazenamento destas substâncias perigosas?

Resposta da Secretaria para a Segurança:

O local em causa, situado junto à Avenida de Vale das Borboletas em Seac Pai Van de Coloane, é utilizado para a transição de garrafas de gás comprimido. No que diz respeito à supervisão da segurança dos estabelecimentos, desde a entrada em vigor da Lei n.º 12/2022 (Regime jurídico do controlo de substâncias perigosas) em 2023, o CB já ordenou à empresa em causa que procedesse à adequação e optimização das condições de armazenamento das garrafas de gás comprimido. O CB irá reforçar a supervisão e a inspecção ao local referido, e de acordo com a situação real, irá fazer, em tempo oportuno, recomendações de optimização sobre as condições de armazenamento. Entre Janeiro e Novembro de 2025, o CB realizou um total de 189 inspecções ao local acima mencionado.

IV. Ho Kevin King Lun

1. No concurso de ingresso para as carreiras na área da cibersegurança, haverá exame médico?
Ou as autoridades irão definir os métodos de avaliação mais direccionados?

Resposta da Secretaria para a Segurança:

De acordo com as disposições do Regulamento Administrativo n.º 36/2020 (Recrutamento, selecção e formação do pessoal das carreiras especiais da Polícia Judiciária), nos concursos de ingresso para técnico superior de ciências forenses e técnico de ciências forenses na área de prova electrónica da PJ, os métodos de selecção incluem prova de conhecimentos, avaliação psicológica e entrevista de selecção, não havendo lugar a exame médico.

No âmbito das provas, são adoptados métodos de avaliação profissional direccionados, focados na formação académica, qualificações profissionais, experiência prática dos candidatos, bem como nos conhecimentos e capacidades de aplicação profissionais relacionados com o trabalho de investigação. Para os estagiários que forem admitidos com sucesso nas referidas carreiras, será realizado um estágio com carácter eliminatório com a duração de um ano, através da aprendizagem teórica e da aplicação prática, para que adquiram a capacidade de desempenhar as funções. Através do referido rigoroso sistema de avaliação e estágio, é garantido que os candidatos se adaptem plenamente aos requisitos do cargo, assegurando efectivamente o desenvolvimento eficaz dos trabalhos relacionados com a cibersegurança.

V. Song Pek Kei

1. Muitos colegas têm direito a descanso compensatório por prestar trabalho extraordinário, mas não têm oportunidade de o gozar. Serão as forças de segurança capazes de suportar esta situação a longo prazo? Como será aperfeiçoado o desenvolvimento das funções durante a futura reforma da administração pública? Poderá tomar como referência as experiências de outras regiões, isto é, serão transferidas para a sociedade as tarefas com menor risco de segurança, para que o pessoal das forças de segurança possa focar-se mais na melhoria das suas funções principais? Alguns agentes das forças de segurança esperam obter a oportunidade de promoção através da frequência de cursos, nomeadamente em direito. Serão aumentados mais concursos de acesso? Os feriados devem ser dias de descanso, mas o pessoal das forças de segurança não os consegue gozar, e essa situação não é considerada no cálculo das horas de trabalho. Aliás, o regime de remuneração suplementar não foi ajustado há muitos anos. Será realizada uma avaliação com base na situação actual e, se as condições o permitirem, poderá ser estudado um aumento do índice da remuneração suplementar e a definição de um limite máximo de horas de trabalho, para melhor promover o desenvolvimento do pessoal das forças de segurança?

Resposta da Secretaria para a Segurança:

Uma vez que as forças e os serviços de segurança estão sujeitos ao regime de funcionamento permanente, para satisfazer as necessidades específicas dos serviços públicos, os seus agentes têm de cumprir um regime de trabalho próprio. Em parecer emitido pela Direcção dos Serviços de Administração e Função Pública (SAFP), é considerado que o regime de horário de trabalho previsto no “Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública de Macau” (doravante designado por “Estatuto”), alterado pela Lei n.º 18/2018, nomeadamente o regime de horário por turno e específico de trabalho, não é aplicável a esses agentes. Por isso, o método de compensação correspondente aos 4 diferentes regimes de horário de trabalho previstos no “Estatuto”, nomeadamente, o horário normal, flexível, por turno e específico de trabalho, também não é aplicável aos agentes das forças de segurança.

Para assegurar os interesses desses agentes, o então Secretário para a Segurança, ponderando a analogia e a justiça relativa, emitiu o Despacho n.º 75/SS/2019, determinando que quando os agentes forem chamados a prestar serviços, por dia inteiro ou a tempo parcial, nos dias de descanso compensatório, publicados anualmente no Boletim Oficial da Região Administrativa Especial de Macau pelos SAFP, nos termos do n.º 7 do artigo 79.º do “Estatuto”, têm direito a um dia de dispensa de serviço, a acordar com o Director/Comandante do respectivo serviço a que pertencem, sem prejuízo do normal funcionamento do serviço.

Embora as forças e os serviços de segurança possuam natureza específica, de prestação ininterrupta de serviços, organizam de forma racional o horário de trabalho do pessoal, com vista a garantir que este tenha tempo de descanso necessário. Se em casos excepcionais, tais como tomar parte em acções de protecção civil e de segurança, o pessoal prestar tempo extra de trabalho, esse tempo é integrado nas horas de trabalho efectivo, e findo este é concedido ao pessoal o tempo de descanso de forma adequada e racional.

As autoridades de segurança mantêm uma posição aberta sobre a actualização da remuneração suplementar, porém essa actualização deve ser efectuada de acordo com a política geral e a situação financeira do Governo da RAEM, além de ser necessário obter o consenso da sociedade.

2. Relativamente aos trabalhadores não residentes, no futuro, como é que as autoridades irão aperfeiçoar as políticas, reforçando ainda mais o mecanismo de importação e gestão de trabalhadores não residentes, para salvaguardar efectivamente o desenvolvimento estável da sociedade de Macau?

Resposta da Secretaria para a Segurança:

Para salvaguardar a segurança e a ordem públicas de Macau, o CPSP estabeleceu um rigoroso mecanismo de apreciação para os pedidos de “autorização de permanência na qualidade de trabalhador” apresentados por não residentes. Nos termos do disposto no artigo 23.º da Lei n.º

16/2021 (Regime jurídico do controlo de migração e das autorizações de permanência e residência na Região Administrativa Especial de Macau), o CPSP verifica se os requerentes satisfazem as condições legais aplicáveis, em especial se têm ou não registo de infracções criminais. Considerando as características profissionais de determinadas ocupações e as implicações para a ordem pública, e de acordo com as disposições na Lei n.º 4/2007 (Lei da actividade de segurança privada), é exigido que os trabalhadores não residentes que exerçam funções de segurança submetam um certificado de registo criminal do seu local de origem para apreciação aquando do requerimento da “autorização de permanência na qualidade de trabalhador”, a fim de garantir a inexistência de antecedentes criminais.

Além disso, se os trabalhadores não residentes praticarem, em Macau, actividades que violam leis e regulamentos, por exemplo, se os actos praticados constituírem perigo para a segurança ou ordem públicas, e quando se verificarem os pressupostos para a recusa ou interdição de entrada a quaisquer não residentes, ou para a revogação da respectiva autorização de permanência, o CPSP irá invocar o disposto no artigo 15.º do Regulamento Administrativo n.º 8/2010 (Regulamentação da Lei da contratação de trabalhadores não residentes), iniciando o procedimento administrativo de recusa ou revogação da “autorização de permanência na qualidade de trabalhador”.

A Polícia continuará a reforçar o trabalho de combate, procedendo de forma proactiva e aprofundada a investigações sobre situações suspeitas de entrada e saída, estando atenta aos casos em que a nacionalidade ou o sexo não correspondam à natureza do trabalho, monitorizando o recrutamento de trabalho suspeito *online*, organizando acções em conjunto com a DSAL, mantendo uma postura de combate, e recolhendo em conjunto pistas relacionadas com actividades criminosas para dismantelar os grupos subjacentes e respectivas cadeias de interesses. Simultaneamente, continuará a reforçar a troca de informações com os serviços competentes do Interior da China e de Hong Kong, para combater conjuntamente o acto da obtenção de autorização de permanência de forma fraudulenta, bem como a intensificar acções de sensibilização para conter a ideia sobre a prática deste acto.

De Janeiro a Outubro de 2025, o CPSP recebeu um total de 39 denúncias de contratação falsa, uma redução de 13,3% em comparação com os 45 casos do mesmo período do ano anterior, e deteve 113 pessoas envolvidas, menos 18,1% do que as 138 pessoas no período homólogo de 2024.

VI. Lee Koi Ian

1. Qual é o progresso actual da implementação dos aeroportos automáticos para drones de pequena dimensão? Quais são os resultados concretos da aplicação de drones para auxiliar a aplicação da lei na área da segurança? Quais são os planos de trabalho futuros dos diversos departamentos no que diz respeito à utilização de drones?

Resposta da Secretaria para a Segurança:

Actualmente, os Serviços de Alfândega de Macau (SA) já concluiu a instalação de 10 aeroportos automáticos para drones de pequena dimensão, localizados nas zonas costeiras da Península de Macau e das ilhas (incluindo a Ilha Verde, o Porto Interior, o Posto Alfandegário de Policiamento das Ilhas, Ká-Hó em Coloane, entre outros locais). Em resposta aos diferentes períodos diurnos e nocturnos, foram programadas um total de 8 rotas de patrulha aérea.

Em termos da execução da lei, entre Janeiro e Outubro de 2025, os SA utilizaram drones para auxiliar na descoberta de 6 casos de imigração ilegal e na realização de 46 operações de busca e salvamento por motivos de segurança pessoal. Além disso, a PJ também introduziu drones para auxiliar no trabalho de inspecção ao local do crime.

Na manutenção da ordem pública e em operações de salvamento, as autoridades de segurança já utilizam amplamente drones em cenários específicos, como o trabalho de segurança na realização de grandes eventos, a monitorização e controlo do fluxo de tráfego, e a assistência em buscas em altura. Os drones utilizados para salvamento estão equipados com funções de imagem térmica, iluminação e altifalante, permitindo uma busca tridimensional rápida no local de acidentes, aumentando a eficiência das operações de busca e salvamento. Adicionalmente, para eliminar riscos de segurança, o CB também utilizou drones para trabalhos de inspecção durante o Culto dos Antepassados (Chong Yeong), ajudando a reduzir o desgaste físico desnecessário do pessoal, aumentando a mobilidade das inspecções, de forma a alcançar o efeito de prevenção de incêndios.

No futuro, as autoridades de segurança continuarão a aprofundar o modelo “aeroporto automático + drones”, a reforçar os intercâmbios práticos com as polícias das regiões vizinhas, a otimizar ainda mais os equipamentos de visão noturna, a actualizar as funções da plataforma de gestão, a explorar activamente novas tecnologias de análise inteligente da IA e a salvaguardar efectivamente a estabilidade da ordem pública em Macau.

2. Que estratégias de execução da lei e de supervisão mais direccionadas podem ser adoptadas contra a “especulação de bilhetes” ?

Resposta da Secretaria para a Segurança:

A Polícia tem prestado elevada atenção às situações de especulação de bilhetes de espectáculos e eventos desportivos e de burlas relativas à venda de bilhetes, procedendo a uma avaliação de risco prévia para cada grande evento, analisando o risco de venda ambulante e de especulação de bilhetes no local da realização de eventos, e mantendo também estreita ligação com as entidades organizadoras dos eventos, para uma troca contínua de informações sobre a situação de segurança pública em torno do local e sobre as vendas de bilhetes.

Durante a realização dos eventos de grande envergadura, são destacados agentes policiais fardados e à civil para efectuarem inspecções nas áreas circundantes do local. Caso sejam detectados casos de especulação de bilhetes ou recebidas denúncias relacionadas com ela, a Polícia procede ao tratamento de acordo com a lei, e publicar ao público, oportunamente, as informações sobre os casos através do mecanismo de divulgação de notícias. Além disso, a Polícia continuará a divulgar informações sobre prevenção criminal, apelando ao público para que não faça especulação de bilhetes, de modo a evitar a prática de actos ilegais. No que diz respeito ao reforço das respectivas sanções legais e à optimização do sistema de gestão de bilhetes, as autoridades de segurança mantêm uma atitude aberta. Caso os serviços competentes iniciem trabalhos de revisão da lei nesse âmbito, a área da segurança prestará colaboração activa e fornecerá pareceres técnicos.

VII. Che Sai Wang

1. Em resposta aos diferentes incidentes de segurança que ocorreram nos casinos, as autoridades dispõem de algum plano de gestão?

Resposta da Secretaria para a Segurança:

A Polícia tem mantido sempre atenção aos problemas de segurança pública em torno dos casinos. Para prevenir e controlar eficazmente os riscos de segurança dentro e fora dos casinos, a PJ continua, através do mecanismo cooperativo de execução da lei (Centro de Coordenação de Crimes Relacionados com o Jogo que funciona por 24 horas, 6 equipas de patrulha nos casinos e uma equipa de apoio logístico), a efectuar regularmente inspecções nos casinos e a reforçar o dispositivo policial durante os feriados, para lidar eficientemente com os casos criminais e os incidentes inesperados ocorridos nos casinos e nos arredores, focando-se no combate e na repressão de actividades ilegais e criminosas, tais como a “troca ilegal de dinheiro” e o empréstimo ilegal. Por sua vez, o CPSP, concentra-se nas infracções e nos crimes em torno dos casinos, dimensionando proactivamente o seu dispositivo de execução da lei de acordo com a situação real, utilizando patrulhas motorizadas, ajustando irregularmente os locais de verificação de veículos e de documentos de identificação, e destacando agentes policiais à civil para monitorizar e identificar indivíduos suspeitos.

Simultaneamente, através do aprofundamento da cooperação com a Direcção de Inspecção e Coordenação de Jogos (DICJ) e as várias empresas de lazer, a Polícia aproveita os mecanismos de comunicação existentes para reforçar a interacção e a ligação entre a polícia e as empresas. Realiza reuniões regulares para aperfeiçoar e assegurar a manutenção da ordem pública nos estabelecimentos de jogo, organiza em conjunto *workshops* de prevenção criminal para aumentar a consciencialização e capacidade de prevenção criminal dos profissionais do sector, e recolhe informações sobre a segurança pública nas proximidades dos casinos, de modo a organizar os planos policiais específicos e as operações de combate direccionadas. O objectivo é utilizar várias medidas policiais para conter as actividades ilegais e criminosas e os crimes deles derivados nas áreas circundantes aos casinos.

Para além dos mecanismos acima referidos, os SPU também organizam e coordenam a realização de operações conjuntas anti-crime de grande escala, tais como a “Operação Preventiva do Inverno” e a “Operação Trovoada”, visando reforçar a prevenção de diversos tipos de actividades ilegais e criminosas, a fim de salvaguardar um bom ambiente de segurança pública na comunidade de Macau e nos arredores dos casinos.

2. Está prevista a abertura de 4 novos postos fronteiriços para ligar à Zona de Cooperação no futuro, então, as autoridades dispõem de algum plano para aperfeiçoar os recursos humanos?

Resposta da Secretaria para a Segurança:

Com vista à concretização da construção da Zona de Cooperação Aprofundada entre Guangdong e Macau em Hengqin, serão abertos no futuro vários novos postos fronteiriços para ligar a Hengqin, com vista a promover uma circulação eficiente de fluxos de pessoas e de mercadorias em maior escala. Por isso, será igualmente necessário elevar os requisitos na alocação dos recursos humanos para a supervisão dos postos fronteiriços.

Perante os desafios de recursos humanos decorrentes do elevado número de reformas do pessoal da área da segurança esperado nos próximos dois a três anos, as autoridades de segurança já estabeleceram a estratégia nuclear de “reforço policial com recurso à tecnologia”, isto é, utilizando o sistema de previsão e alerta de fluxo de pessoas e os sistemas de passagem fronteiriça automática instalados nos postos fronteiriços (impressões digitais, íris ou reconhecimento facial), será possível alcançar-se um controlo preciso, aliviar a pressão nos recursos humanos e melhorar a eficácia da governação.

Por outro lado, os SA e o CPSP continuam a proceder ao recrutamento e formação de instruendos de acordo com as vagas, para responder à perda de pessoal por reforma e para colmatar as necessidades futuras de trabalho policial. Simultaneamente, relativamente a algumas tarefas de orientação de multidões e trabalho de vigilância nos postos fronteiriços, as autoridades de segurança irão adjudicar estes serviços de segurança a empresas de segurança, libertando assim

mais efectivos policiais para a execução de trabalhos policiais, para que os novos postos fronteiriços funcionem sob o modelo de “um bom controlo, um alto nível de abertura e uma eficiente passagem fronteiriça”, de forma a construir uma linha de defesa de segurança sólida, estável e duradoura para a integração entre Hengqin e Macau.

VIII. Ip Sio Kai

1. Os quadros de pessoal da área da segurança estão todos preenchidos? Se não, quais são as razões? Nos próximos um a dois anos, haverá muitos agentes das forças de segurança a reformar-se, mas o recrutamento de novos agentes necessita de uma série de procedimentos de selecção e formação, então, haverá algum plano relativo ao concurso de ingresso no futuro? Como atrair os jovens locais a juntarem-se às forças de segurança, começando desde funcionário de nível básico?

Resposta da Secretaria para a Segurança:

As forças e serviços de segurança têm vindo a proceder de forma ordenada ao recrutamento de pessoal, de acordo com a situação real e as necessidades de recursos humanos. Foram lançados os 33.º, 34.º e 35.º Cursos de Formação de Instruendos das Forças de Segurança. 46 pessoas estão a frequentar a 33.ª edição do curso e está previsto que estas irão tomar posse no 2.º trimestre de 2026. Prevê-se que a 34.ª edição do curso terá início em 2026, com 110 instruendos; a 35.ª edição em 2027, com 130 instruendos.

As forças de segurança, através de vídeos e infografias promocionais de recrutamento, demonstra valores positivos como a defesa da legalidade, da justiça e a salvaguarda da ordem social, dando a conhecer as oportunidades para jovens realizarem os seus ideais e aspirações. Simultaneamente, são organizados vários projectos, tais como, “Guia Juvenil de Emergência Médica”, “Pequena Polícia do CPSP” e “Grupo Júnior do CPSP” e outras actividades diversificadas, que permitem aos jovens contactar e compreender pessoalmente o trabalho real e o espírito das forças de segurança. Através destas acções, procura-se fomentar o seu interesse e empenho no serviço público, despertando o seu sentido de missão de servir a sociedade, atraindo assim mais jovens locais a integrar nas forças de segurança.

A PJ também envia o seu pessoal para participar em eventos promocionais de emprego, como Feira de emprego para jovens, onde o pessoal de chefia explica as funções da PJ e os requisitos para os concursos, encorajando os jovens a juntarem-se à equipa policial para servir a sociedade.

2. Equipamentos inteligentes de prevenção, controlo e salvamento: Serão utilizados equipamentos não tripulados e equipamentos inteligentes, desenvolvidos por instituições de investigação científica locais e adequados às necessidades de Macau, para participar em tarefas de detecção e execução da lei?

Resposta da Secretaria para a Segurança:

As autoridades de segurança continuam a implementar a filosofia governativa de “reforço policial com recurso à tecnologia”, empenhando-se em introduzir novos equipamentos tecnológicos para aumentar a eficácia da execução da lei. Estes incluem drones inteligentes, embarcações de detecção não tripuladas, robôs subaquáticos controlados por cabo e robôs para inspecção da parte inferior dos veículos, entre outros. No que diz respeito aos equipamentos de salvamento, o CB possui uma equipa especializada que monitoriza continuamente os veículos e equipamentos de salvamento mais avançados a nível local e mundial, procedendo à sua análise e estudo, avaliando a sua adequação para uso em Macau e introduzindo-os oportunamente. As autoridades de segurança apoiam o desenvolvimento da indústria de investigação científica local e mantêm uma atitude aberta em relação aos resultados e produtos de investigação científica relevantes, acolhendo a sua integração no desenvolvimento e reforma da área da segurança. Caso existam equipamentos relevantes, adequados e disponíveis localmente, as forças e serviços de segurança procederão a uma análise aprofundada e considerarão activamente a adopção desses equipamentos.

3. Plataforma de trânsito: Será promovido o reconhecimento mútuo dos padrões de inspecção e quarentena entre Macau e o Interior da China, para que as mercadorias importadas de conformidade através de Macau possam ser transitadas directamente para o Interior da China?

Resposta da Secretaria para a Segurança:

O reconhecimento mútuo dos padrões de inspecção e quarentena não se insere nas competências da área da segurança. Os SA, com base nas licenças de importação emitidas pelo Instituto para os Assuntos Municipais (IAM), providenciam medidas facilitadoras de

desalfandegamento para as mercadorias em causa, e no âmbito das suas competências cooperarão activamente com o IAM e com os Serviços de Alfândega de Gongbei para promover os trabalhos relacionados.

IX. Ma Chi Seng

1. De acordo com um determinado filme de Hong Kong, alegou-se que Macau já possui um sistema de IA que fornece planos para a captura de criminosos. Macau tem, de facto, o referido sistema de IA? No que diz respeito à formação de agentes policiais, enquanto se inova a formação para acompanhar os tempos, ainda se transmitem até hoje as técnicas tradicionais de resolução de casos? Como é que o plano de formação irá demonstrar o equilíbrio entre as técnicas antigas e as novas, promover a reconversão das capacidades dos agentes, para realizar a sinergia entre humanos e máquinas, garantir a eficiência na execução da lei e responder a momentos de falha tecnológica?

Resposta da Secretaria para a Segurança:

No filme “*The Shadow's Edge*”, a tecnologia de IA é capaz de prever trajectórias de crime, analisar imagens de videovigilância em tempo real e até gerar automaticamente planos de captura. Esta representação dramatizada serve sobretudo para criar efeitos de tensão e *suspense*. Embora existam actualmente tecnologias de IA nesse âmbito, o seu nível ainda não atinge os efeitos apresentados no filme.

A Polícia prossegue com a promoção da capacitação tecnológica. O CPSP planeia introduzir a tecnologia de reconhecimento de IA para auxiliar na recepção ou investigação de casos. Embora a tecnologia de IA possa aumentar a eficiência em muitas áreas, para lidar com situações complexas ou inesperadas, são ainda indispensáveis as experiências de investigação e julgamento no local dos agentes policiais na linha da frente, bem como as decisões de comando da retaguarda. A IA mantém-se, por enquanto, num papel auxiliar. O Centro de Alerta e Resposta a Incidentes de Cibersegurança (CARIC) da PJ já introduziu a tecnologia de IA para auxiliar na análise de ameaças à cibersegurança, e iniciou em 2025 as obras de actualização para construir um motor de IA mais avançado. No futuro, está também planeado introduzir um modelo de raciocínio de IA para resumir e etiquetar o conteúdo das participações, aumentando ainda mais a eficácia na investigação dos casos.

Na formação de recursos humanos, a Polícia valoriza sempre a transmissão das técnicas tradicionais de investigação criminal e a exploração de novas tecnologias. O objectivo não é substituir o pessoal pela tecnologia, mas sim estabelecer gradualmente um modelo de policiamento de longo prazo assente na sinergia entre humanos e máquinas.

Por conseguinte, a Polícia atribui grande importância à formação das capacidades básicas de investigação dos seus agentes. Na fase profissional dos cursos de formação e de promoção para o pessoal das diferentes categorias, as disciplinas incluem investigação criminal, análise de informações, estratégias policiais e ciências forenses, com vista a ensinar as técnicas tradicionais de investigação. Além disso, o pessoal necessita também de participar regularmente em treinos de tiro e de actividade física.

A Polícia garante, por um lado, que o pessoal de investigação criminal domine a aplicação de técnicas tradicionais de investigação e, por outro, reforça o seu conhecimento e prática das novas tecnologias na execução da lei, com vista a assegurar que, perante situações como falhas de equipamento ou paralisação de redes, o pessoal possui conhecimentos e capacidades para continuar a investigação através de meios tradicionais, como a inspecção ao local e as visitas de inquérito.

X. Leong Sun Iok

1. Qual é o modelo actual de funcionamento dos indivíduos que se dedicam à troca ilegal de dinheiro? Como é que as autoridades vão combater esta situação? Como é que os agentes da PJ destacados nos locais e o respectivo pessoal vão fornecer mais garantias aos trabalhadores do sector do jogo?

Resposta da Secretaria para a Segurança:

O actual modelo, mais comum, de actuação dos indivíduos que se dedicam à troca ilegal de dinheiro é essencialmente composto por dois tipos, individualmente ou grupos abordam os possíveis clientes nas proximidades dos casinos, o outro é através da exploração de lojas como forma para dissimular a actividade. No primeiro após abordar jogadores ou transeuntes nos casinos ou nas suas imediações, depois clientes, são conduzidos às salas de fumadores dos casinos, às áreas próximas das entradas e saídas dos casinos, às casas de banho, aos quartos de hotéis, fora dos casinos ou dentro dos automóveis, entre outros locais, para concretizar a transacção. Depois de receber o dinheiro do cliente através da plataforma de pagamento *online* ou por transferência bancária, pagam o montante equivalente em dólares de Hong Kong, em numerário, e quando o cliente recebe o montante em causa, é conduzido ao casino para jogar. Actualmente, as actividades cambiais ilícitas tendem a ser praticadas de forma organizada, profissional e dissimulada, sendo a distribuição de tarefas cada vez mais minuciosa. O outro modelo de funcionamento é a utilização da loja para disfarçar, aparentemente é uma compra e venda, mas na realidade, aceita-se o pagamento dos clientes através de plataforma de pagamento *online*, transferência bancária ou cartão de crédito, por fim, é-lhes entregue a respectiva quantia de HKD.

Desde a entrada em vigor da Lei n.º 20/2024 (Lei de combate aos crimes de jogo ilícito, as actividades de troca de dinheiro) têm vindo a ser reduzidas devido ao combate, embora algumas delas tenham sido praticadas de forma ainda mais oculta. Perante esta situação, a Polícia continua a intensificar a fiscalização e a execução da lei, por um lado, enviando pessoal para efectuar patrulhas nos casinos e nas suas zonas periféricas, procedendo de imediato à detenção em flagrante delito dos indivíduos que se encontrem a praticar esta actividade, e por outro lado, mantém estreita

comunicação com a DICJ e com o sector do jogo, para com base nas informações, aperfeiçoar o mecanismo de comunicação para combater, com maior precisão, os indivíduos que se dedicam à troca ilegal de dinheiro. Ao mesmo tempo, reforçar-se-á a troca de informações com os serviços congéneres de execução da lei do Interior da China, no sentido de recolher mais provas relacionadas com os indivíduos ou grupo de criminosos que se dedicam à troca ilegal de dinheiro, com vista a combater o crime a partir da fonte.

As equipas de patrulhamento da PJ destacadas nos casinos asseguram um serviço de vigilância de 24 horas por dia e efectuam patrulhas ostensivas em locais de alto risco, o que não só produz um efeito dissuasor nos criminosos, como também confere uma maior flexibilidade de mobilização na aplicação da lei. Além disso, a PJ realiza regularmente “Workshop sobre prevenção criminal para trabalhadores de empresas integradas de turismo e lazer”, proporcionando aos profissionais do sector formação sobre prevenção criminal, construindo um mecanismo de prevenção criminal de cooperação polícia-cidadão, salvaguardando a ordem pública de Macau.

XI. Wong Chon Kit

1. Em resposta à complexidade da sociedade, que medidas concretas vão ser adoptadas pela Escola Superior das Forças de Segurança de Macau (ESFSM) para aumentar a capacidade de actuação do pessoal da linha da frente? Após a formação, serão reforçadas a sua ligação com a comunidade, por forma a aumentar confiança dos cidadãos para com a Polícia? Como é avaliada a eficácia do actual “Mecanismo de Ligação do Policiamento Comunitário”? Em 2026, que medidas concretas vão ser implementadas para aumentar a confiança dos cidadãos nas forças de segurança, por exemplo, através do alargamento das acções de sensibilização comunitária, da criação dos canais para o *feedback* dos cidadãos ou do reforço da transparência nos casos de violações disciplinares? Face aos casos concretos de violação disciplinar divulgados na coluna “Alarme da Polícia sempre Soa”, serão reforçados os esclarecimentos públicos sobre o andamento do seu processamento?

Resposta da Secretaria para a Segurança:

A Escola Superior das Forças de Segurança de Macau (ESFSM) tem atribuído grande importância ao trabalho de formação de agentes policiais, através de cursos de formação de ingresso, em serviço, de promoção, bem como através da realização de seminários e palestras, para reforçar continuamente os conhecimentos e as técnicas profissionais de execução da lei dos agentes, no sentido de responder às exigências complexas do trabalho real. Além disso, a Escola também envia o pessoal para frequentar cursos de formação no Interior da China e em Hong Kong, para adquirir conhecimentos e experiências através de vários canais, melhorando, de forma integrada, as técnicas do pessoal da linha de frente no trabalho quotidiano. No futuro, a Escola irá acompanhar a evolução dos tempos, continuando a estudar e organizar cursos que atendam às necessidades do desenvolvimento social, de modo a aumentar a capacidade do pessoal para responder ao trabalho da linha de frente.

O “Mecanismo de Ligação do Policiamento Comunitário” é uma importante plataforma de comunicação bidireccional entre o CPSP e as associações locais, permitindo à Polícia conhecer atempadamente a situação real de segurança da comunidade e as solicitações dos residentes. Este mecanismo é orientado pelos problemas comunitários, elaborando e implementando

atempadamente as medidas policiais específicas, ao mesmo tempo, reforça o conhecimento do trabalho de policial das diversas camadas sociais, aproximando ainda mais a polícia dos cidadãos, aumentando a confiança mútua.

Desde a sua criação em Abril de 2013, o Mecanismo de Ligação do Policiamento Comunitário tem vindo a melhorar e a desenvolver-se de forma contínua. Na fase inicial da sua criação, o mecanismo abrangia apenas três associações e 59 coordenadores de ligação comunitária, e até Outubro de 2025, já se tinha alargado para 13 associações e o número de coordenadores de ligação comunitária aumentou para 297. Além disso, foi estabelecido um grupo de comunicação entre o CPSP e os membros do mecanismo, para transmitir atempadamente informações de prevenção da criminalidade e trocar informações policiais, bem como para dar acompanhamento rápido a todos os tipos de opiniões e sugestões apresentadas.

O CPSP coopera activamente com os grupos comunitários através deste mecanismo, organizando vários tipos de actividades a saber, visitas de intercâmbio, palestras temáticas, exercícios de protecção civil, visitas a unidades policiais, campanhas de sensibilização conjuntas de prevenção da criminalidade e de calamidades, cooperação em grandes eventos e a conferência anual de intercâmbio do “Mecanismo de Ligação do Policiamento Comunitário”. De Janeiro a Outubro de 2025, foram realizadas 129 actividades que contaram com 12.798 participantes.

No que diz respeito à divulgação através dos novos meios de comunicação social, a Polícia utiliza contas oficiais do *WeChat*, canais oficiais do *YouTube*, páginas do *Facebook*, páginas do *Instagram*, *Xiaohongshu* e a plataforma *Douyin*, para divulgar atempadamente informações policiais, dicas de prevenção criminalidade e actividades do policiamento comunitário, sob a forma de vídeos curtos, imagens interactivas, entre outras formas dinâmicas. No futuro, a Polícia irá alargar ainda mais canais de divulgação na *internet*.

Na coluna “Alarme da Polícia sempre Soa” são divulgados, oportuna e publicamente, sob a condição de existirem determinadas provas e sem prejudicar o segredo de justiça e a privacidade

peçoal, os casos de actos violadores da lei ou da disciplina praticados pelo peçoal sob tutela da Secretaria para a Segurança, que sejam descobertos pelas respectivas autoridades, entidades fiscalizadoras, pela Comissão de Fiscalização de Disciplina das Forças e Serviços de Segurança de Macau ou pelos órgãos judiciais.

Esta coluna não é exigida por lei, mas sim estabelecida por iniciativa própria da área de segurança, por forma permitir que a sociedade fiscalize a conduta ética do peçoal sob tutela da área de governação da segurança, e por forma a exortar o peçoal das Forças e Serviços de Segurança a retirar conclusões do que tem vindo a acontecer e a proceder a um esforço de auto-fiscalização e auto-aperfeiçoamento.

Quanto aos casos envolvidos nesta coluna, para além do resumo do caso, são também divulgadas as respostas dos serviços competentes, a situação do acompanhamento do caso e as informações sobre as correspondentes medidas de reorganização e saneamento, findos os respectivos procedimentos legais, serão actualizados os resultados do procedimento do caso, para que o público tome conhecimento e supervisione.

XII. Chao Ka Chon

1. No âmbito da cibersegurança, a forma de obtenção de informações terá sido afectada pelas relações sino-americanas? A utilização da *dark web* será regulamentada pela legislação de Macau?

Resposta da Secretaria para a Segurança:

A PJ tem vindo a aprofundar continuamente a cooperação policial internacional. Através da Interpol e de mecanismos de cooperação bilateral ou multilateral estabelecidos com vários países e regiões, desenvolve a troca de informações, combatendo em conjunto o crime cibernético a nível transfronteiriço. Além disso, a PJ estabeleceu mecanismos de cooperação multiníveis e abrangentes com as unidades policiais do Interior da China e de Hong Kong, para reprimir eficazmente diversas actividades ilícitas transfronteiriças, incluindo o crime cibernético.

No que diz respeito à garantia da segurança cibernética e da informação, a PJ, adoptou, desde há vários anos, uma abordagem proactiva na introdução e actualização de equipamentos, reforçando continuamente a cooperação com os produtores de equipamentos de cibersegurança e de uso policial do Interior da China, no sentido de minimizar os impactos negativos resultantes da repressão de *bullying* por determinados países.

A *dark web* refere-se geralmente à parte oculta da *internet* que não pode ser acedida através de motores de pesquisa e navegadores comuns, sendo necessário utilizar um *software* específico para estabelecer ligação e aceder ao seu conteúdo. A legislação vigente de Macau não restringe nem proíbe o acesso dos residentes à *dark web*.

No entanto, caso se verifique a prática de crimes, tais como tráfico de droga, burla, pornografia infantil, entre outras actividades criminosas na *dark web*, a PJ irá entrar em acção de acordo com o “Código Penal”, a “Lei de combate à criminalidade informática” e outras leis avulsas. A *dark web* não é um *praeter legem*, sem meios para a sua fiscalização.

XIII. Leong On Kei

1. O actual mecanismo de coordenação interdepartamental será suficientemente flexível e adaptável face às rápidas mutações da situação de segurança e aos incidentes imprevistos? Será que o mecanismo existente dispõe de avaliações periódicas, com vista a avaliar a eficácia do mesmo e a aperfeiçoá-lo de forma contínua, a fim de enfrentar, de forma mais eficaz, os diversos desafios de segurança que possam surgir no futuro, salvaguardando a segurança da vida e do património dos cidadãos, bem como a estabilidade social a longo prazo? No futuro, como é que vai ser criada uma plataforma perfeita de gestão e partilha de informações, por forma a garantir que todos os departamentos consigam obter, de forma atempada e precisa, as informações necessárias, melhorando ainda mais a eficácia da execução da lei?

Resposta da Secretaria para a Segurança:

No intuito de aperfeiçoar ainda mais o sistema de alerta sobre os riscos de segurança na cidade e de resgate em situações de emergência, a área da segurança elaborou, nos termos da Lei n.º 9/2002 (Lei de Bases da Segurança Interna da Região Administrativa Especial de Macau), o “Plano de Cooperação e Coordenação da Segurança Interna”, dando prioridade à regulação da cooperação interdepartamental no âmbito da segurança, clarificando a estrutura do comando de operações conjuntas, com o objectivo de enfrentar eficientemente incidentes de emergência graves e crises que afectem a ordem pública de Macau ou a segurança interna.

O referido mecanismo de cooperação tem vindo a ser continuamente revisto e optimizado, através da prática de várias operações conjuntas interdepartamentais específicas e da realização de vários exercícios interdepartamentais. Actualmente, a cooperação interdepartamental na área de segurança já se encontra em funcionamento regular, tendo sido estabelecido um modelo robusto de cooperação e de entendimento mútuo entre os diversos departamentos.

As autoridades de segurança têm sempre defendido o conceito de “policiamento inteligente”, dedicando-se à aplicação de tecnologias de ponta, especialmente a tecnologia de megadados, para promover a interoperabilidade e a partilha de dados e informações. Para realizar o objectivo de

construção do policiamento inteligente, uma das bases fundamentais reside na agregação, governação, partilha e circulação de dados. Na presente fase, no pressuposto do cumprimento das disposições legais, todos os serviços da área da segurança estabeleceram vários sistemas de aplicação policial no âmbito das suas respectivas áreas funcionais, e integraram, de forma gradual, os dados relevantes na plataforma em nuvem policial, aproveitando plenamente os benefícios da fusão e partilha de dados, melhorando a capacidade de alerta e de combate aos novos tipos de criminalidade. Olhando para o futuro, as autoridades de segurança estão proactivamente a explorar a introdução de tecnologia sofisticada de modelos de linguagem de grande escala de inteligência artificial nos sistemas existentes, aumentando as formas de utilização de dados, com vista a melhorar ainda mais a inteligência e eficiência do trabalho de aplicação da lei.

XIV Vong Hou Piu

1. Em 2026, como será o feito o aperfeiçoamento das leis e regulamentos complementares relativos à defesa da segurança do Estado e a tomada de acções policiais? Autoridades irão elaborar directrizes de aplicação da lei específicas em relação aos riscos para a segurança nacional decorrentes das tecnologias emergentes?

Resposta da Secretaria para a Segurança:

No que toca à construção do sistema jurídico, o Governo da RAEM está a estudar a optimização da organização e do funcionamento da Comissão de Defesa da Segurança do Estado (CDSE), com o objectivo de aperfeiçoar ainda mais o mecanismo de liderança e de decisão em matéria de segurança nacional da RAEM e responder plenamente à conjuntura e aos riscos para a segurança do Estado, incluindo o alargamento do âmbito de participação, o estudo sobre o impulsionamento do funcionamento dos departamentos competentes de execução da CDSE, entre outros. O respectivo plano foi integrado na proposta de lei a serem entregues no ano de 2026 e os respectivos trabalhos serão iniciados oportunamente.

Para além disso, a área da segurança, em articulação com o planeamento global do Governo da RAEM, irá desenvolver os trabalhos legislativos relacionados com a nova lei de combate ao terrorismo, prevendo-se realizar a consulta pública ainda no ano de 2026.

A área da segurança atribuir elevada atenção aos riscos que as tecnologias emergentes podem representar para a segurança nacional e a estabilidade social, em particular, a inteligência artificial, os drones e as tecnologias de condução automática de veículos, com a recolha ou o tratamento de grande volume de dados, ou até dados sensíveis. Uns e outros, constituem um certo risco, pelo que, ao considerar as necessidades do desenvolvimento da sociedade, os departamentos competentes irão, em conjugação com as opiniões técnicas, elaborar oportunamente as correspondentes orientações de execução da lei.

2. O fluxo de pessoas entre Macau e Hengqin deverá continuar a aumentar no futuro. Quais são

os planos a serem desenvolvidos neste aspecto? Como irão os departamentos de segurança de Macau e as alfândegas e departamentos de segurança pública da Zona de Cooperação Aprofundada cooperar ou coordenar trabalhos neste aspecto?

Resposta da Secretaria para a Segurança:

O CPSP continuará a promover os trabalhos de construção de postos fronteiriços com os três objectivos nucleares, nomeadamente a “expansão da capacidade, o aumento da velocidade e a facilitação aos cidadãos”, melhorando ainda mais a eficiência da passagem fronteiriça para facilitar o fluxo de pessoas, contribuindo para o desenvolvimento integrado e de alta qualidade de Macau e Hengqin. Os projectos concretos promovidos actualmente são:

(1) Acelerar a construção da função de passagem fronteiriça inteligente por “reconhecimento facial” nos corredores de inspecção “One-Stop” do Posto Fronteiriço Hengqin, permitindo que os condutores efectuem a passagem fronteiriça “sem exibição de documento de identificação”, aumentando a eficiência da passagem fronteiriça e melhorando a experiência dos condutores durante a passagem fronteiriça;

(2) As unidades relevantes do posto fronteiriço estudam em conjunto a construção de um sistema de inspecção inteligente de veículos nos corredores de veículos de passageiros e de carga do Posto Fronteiriço Hengqin, integrando os processos de inspecção dos departamentos de verificação fronteiriça entre Macau e Hengqin, promovendo a realização gradual de uma única paragem para inspecção do veículo, partilha de informações e determinação simultânea de resultados, reduzindo o número de inspecções de veículos transfronteiriços e do tempo de espera, e aumentando a eficiência da passagem fronteiriça;

(3) Promover a criação de mais 6 canais de inspecção manual (2 para saída, 4 para entrada) e a construção de mais 46 canais de inspecção integral automáticos na área reservada da sala de inspecção de passageiros do Posto Fronteiriço Hengqin. Estes canais de inspecção integral automáticos também terão a função de passagem fronteiriça inteligente por “reconhecimento

facial” (ou seja, passagem fronteiriça sem exibição de documento de identificação). Prevê-se que a capacidade de inspecção possa ser aumentada em pelo menos 65%;

(4) Lançado em Setembro de 2025, no início do ano lectivo, um serviço exclusivo para estudantes transfronteiriços, implementando um modelo de gestão de circuito fechado de “vinculação da pessoa a veículo, pré-registo de dados, acompanhamento por pessoal especializado, horários e locais fixos, inspecção centralizada”, permitindo que os estudantes transfronteiriços efectuem a passagem fronteiriça concentrados em veículos designados com passageiros dos veículos, (passagem fronteiriça sem necessidade de saída dos veículos). Planeia-se neste momento optimizar a construção do sistema para melhorar ainda mais a eficiência da passagem fronteiriça dos estudantes transfronteiriços;

(5) Quanto à promoção da construção de um novo modelo de posto fronteiriço inteligente no Campus da Universidade de Macau em Hengqin, as unidades do posto fronteiriço exploram dinamicamente a inovação do modelo conveniente de “Inspeção Fronteiriça Integral” de passagem fronteiriça entre Guangdong e Macau, esforçando-se por criar um novo modelo de posto fronteiriço inteligente de dimensão internacional.

Além disso, a área da segurança coopera activamente com as unidades relevantes da Zona de Cooperação para acelerar a promoção do estudo da construção do projecto da sala de embarque de voo no Posto Fronteiriço Hengqin. As unidades de inspecção fronteiriça de Macau e de Hengqin promovem activamente modelos inovadores de cooperação para a passagem fronteiriça, contribuindo fortemente para a interconexão de infra-estruturas e o desenvolvimento integrado de Macau e Hengqin, impulsando a conexão das infra-estruturas entre Macau e Hengqin, fornecendo serviços “One-Stop” de *check-in* aos passageiros, permitindo o fluxo eficiente e conveniente de vários elementos, e apoiando o desenvolvimento diversificado da economia de Macau.

No que diz respeito à inspecção de mercadorias, os SA, com base na política de “gestão separada” de Hengqin, utilizam os megadados e inteligência artificial para construir um modelo

inteligente de avaliação do risco, alcançando uma supervisão precisa e eficiente. Além disso, aprofunda continuamente a partilha de informações e a coordenação operacional entre os departamentos de aplicação da lei de Macau e Hengqin, simplificando os procedimentos de passagem fronteiriça das duas jurisdições, de modo a facilitar, tornando as deslocações de pessoas entre Macau e Hengqin altamente eficazes.

A par disso, os SA e os departamentos de aplicação da lei da Zona de Cooperação continuam a reforçar a colaboração, estabelecendo um modo de cooperação de comunicação ponto a ponto, de avaliação conjunta de riscos e de auxílio mútuo na aplicação da lei. Realizam operações específicas conjuntas como “Chunyue”, “Qiulei”, “Xiazhi” e “Hudun” com a Directoria Municipal de Segurança Pública de Zhuhai e a polícia marítima de Zhuhai. Além disso, os SA, em conjunto com a Directoria Municipal de Segurança Pública de Hengqin, os Serviços de Alfândega de Hengqin e a Brigada de Polícia Armada de Zhuhai, reforçam a defesa, acrescentam pontos de monitorização inteligente e aumentam a área de cobertura, reprimindo eficazmente actividades ilegais transfronteiriças.

3. Existem outros métodos para aumentar o efectivo das forças de segurança? Caso não seja possível, será adjudicado trabalho parcial, por exemplo, o trabalho administrativo? Os fluxos de trabalho existentes serão optimizados e tornarão mais eficientes através de sistemas informáticos?

Resposta da Secretaria para a Segurança:

As autoridades de segurança, em conformidade com as políticas da RAEM e de acordo com as necessidades reais, reforçarão oportunamente os recursos humanos, a fim de garantir que exista uma força policial suficiente para manter a segurança e a ordem públicas e salvaguardar os interesses de vida e do património dos cidadãos.

Simultaneamente, as autoridades de segurança têm vindo a promover activamente a construção do policiamento inteligente, utilizando plenamente a capacitação tecnológica, como sistema “Olhos no Céu”, sistema de passagem fronteira automática, o empenho de drones, entre outros meios tecnológicos, para aliviar a carga de trabalho do pessoal policial da linha da frente e aumentar a eficiência de trabalho.

Actualmente, para alguns trabalhos não relacionados com a aplicação da lei, como a gestão da ordem das multidões em vários postos fronteiriços, são adjudicados a companhias de segurança para fornecer os correspondentes serviços, libertando uma maior força policial para manter a ordem e a segurança públicas, com vista a optimizar e ajustar o dispositivo policial no trabalho policial rotineiro.

Em articulação com as linhas de acção governativa do Governo da RAEM no sentido de promover o governo electrónico, os departamentos da tutela da segurança, por um lado, promovem a electrónica do trabalho administrativo, sem papel físico, limitando o tempo necessário dos processos de requerimento, apreciação e aprovação, aumentando a eficiência do trabalho administrativo. Por outro lado, têm também vindo a promover o desenvolvimento do policiamento inteligente para aumentar a eficiência de trabalho. Por exemplo, o Sistema de mobilização

complexa do centro de comando do CPSP, através da integração de diferentes sistemas, para efectuar a fusão de funcionalidades de recepção de denúncias, mobilização, processamentos e estatísticas numa plataforma integrada, tendo melhorado efectivamente a eficiência da recepção e da simplificação do fluxo de recepção de denúncias, e da gestão de dados. Este sistema pode ainda interligar-se com equipamentos policiais móveis, nomeadamente câmaras de vídeo portáteis e aparelhos de fiscalização montados em veículos, aumentando ainda mais a eficácia geral da aplicação da lei através da funcionalidade de retransmissão de imagens em tempo real. Actualmente, o CPSP iniciou um estudo de viabilidade para a integração da tecnologia de inteligência artificial no sistema, incluindo a adição de funcionalidades como: análise inteligente, orientação por questionamento, pesquisa de dados e integração de registos, com o objectivo de aumentar a celeridade de decisão do centro de comando, prestando auxílio a capacidade de processamento de casos e de resposta a emergências, melhorando globalmente a eficiência da gestão policial.

4. Será considerada a criação de “polícia auxiliar”? Poderão os orientadores de trânsito colaborar em mais trabalhos de tráfego, de modo a aliviar os recursos humanos dos departamentos de segurança?

Resposta da Secretaria para a Segurança:

Visto que um “polícia auxiliar” não é um elemento de uma força formalmente criada por lei para prosseguir a execução do trabalho policial, nem é um trabalhador oficial dos serviços públicos, a legislação de Macau não permite que outras pessoas tenham as mesmas competências e os mesmos poderes de agente policial, de igual modo, é difícil exigir que um “polícia auxiliar” possua o mesmo nível de habilitações que os agentes policiais detêm.

Além disso, as autoridades de segurança também devem ponderar se há condições suficientes para a criação de uma equipa de “polícia auxiliar”, tendo em conta a realidade actual dos recursos humanos em Macau e o recrutamento de agentes policiais nos últimos anos.

Dado que a criação de uma equipa de “polícia auxiliar” envolve uma série de questões complexas face à legislação, gestão e formação, que estão relacionadas com a legalidade, qualidade e eficácia da execução da lei, as autoridades da segurança não equacionam, neste momento, a possibilidade de introduzir este sistema.

Tendo em conta o aumento contínuo do número de turistas que vêm a Macau durante os feriados e a crescente pressão do fluxo de pessoas nas zonas turísticas, a Direcção dos Serviços para os Assuntos de Tráfego (DSAT), através de concurso público, adjudicou a constituição de uma equipa especializada, destacada para zonas de alta densidade turística para auxiliar no desvio de peões. Os orientadores de trânsito de Macau não são uma estrutura permanente; a DSAT, conforme as circunstâncias, abre concursos adjudicando a associações privadas para a organização de orientadores de trânsito. As atribuições nucleares dos orientadores de trânsito de Macau consistem em orientar no local os cidadãos e turistas no cumprimento das regras de trânsito, promover a consciencialização para a segurança rodoviária, prevenir acidentes e garantir a fluidez

do tráfego. A DSAT, em conjunto com o CPSP, estabeleceu um mecanismo de formação regular, realizando oportunamente formação sobre a Lei do Trânsito Rodoviário e as normas de serviço. Entre Junho e Agosto de 2025, o *Departamento de Trânsito* do CPSP realizou acções de formação e de esclarecimento para os orientadores de trânsito, que contou com 188 participantes.

Nos últimos anos, os orientadores de trânsito têm cooperado com a Polícia durante feriados e dias festivos ou períodos de ponta com maior fluxo de pessoas para realizar operações conjuntas de desvio, contribuindo para otimizar a ordem de tráfego de Macau. Os locais onde estão destacados são: as passadeiras da zona da Avenida de Almeida Ribeiro e da Rua dos Mercadores, e as da Rua do Regedor e da Rua Direita Carlos Eugénio, na Taipa.

XV. Si Ka Lon

1. Existe um planeamento prospectivo em matéria de cibersegurança para os quatro grandes projectos? Existem objectivos concretos para a formação de quadros qualificados em cibersegurança?

Resposta da Secretaria para a Segurança:

Relativamente à Cidade (Universitária) de Educação Internacional de Macau e Hengqin, o Governo da Região Administrativa Especial de Macau (RAEM) planeia promover a implementação de três universidades públicas com ensino estendido, nomeadamente a Universidade de Macau (UM), a Universidade Politécnica de Macau (UPM) e a Universidade de Turismo de Macau (UTM), que são operadores públicos de infra-estruturas críticas abrangidos na Lei n.º 13/2019 (Lei da cibersegurança. Nesta qualidade, de operadores públicos de infra-estruturas críticas), são obrigadas de acordo com a lei, os regulamentos pertinentes e requisitos de normas técnicas a implementar todas obrigações no âmbito da cibersegurança, no sentido de salvaguardar o seu próprio ambiente de cibersegurança, estando sob a supervisão da Direcção dos Serviços de Administração e Função Pública (SAFP). O Centro de Alerta e Resposta a Incidentes de Cibersegurança (CARIC) fornecerá igualmente, nos termos da lei, vários tipos de apoio técnico em matéria de cibersegurança a estes operadores.

No âmbito do *Hub* (Porto) de Transporte Aéreo Internacional de Macau na margem oeste do Rio das Pérolas, a Companhia do Aeroporto Internacional de Macau, S.A.R.L. (CAM) que faz parte de um operador privado de infra-estruturas críticas, de acordo Lei n.º 13/2019 (Lei da cibersegurança), está sob a supervisão da Autoridade de Aviação Civil (AAC). A CAM deve cumprir as obrigações de cibersegurança, e o CARIC presta apoio nos termos da lei.

Relativamente à Zona Internacional de Turismo e Cultura Integrados de Macau e ao Parque Industrial de Investigação e Desenvolvimento das Ciências e Tecnologias de Macau, o Governo da RAEM está na fase de recolha opiniões junto dos sectores da sociedade sobre vários aspectos, como o posicionamento estratégico e a localização destes dois projectos. Dado que os referidos

projectos se encontram ainda numa fase preliminar, a PJ acompanhará de perto a sua evolução, contactando oportuna e proactivamente os departamentos competentes para discutir os assuntos de cibersegurança, reportando e fornecendo as recomendações à Comissão para a Cibersegurança, de acordo com a situação concreta.

Quanto à formação interna de quadros qualificados, a PJ criou em 2020 as carreiras especiais de técnico superior de ciências forenses e de técnico de ciências forenses na área de provas electrónicas, para melhor responder às necessidades de pessoal técnico especializado no âmbito de informática forense e de cibersegurança. Para o ingresso na carreira especial de técnico de ciências forenses na área de provas electrónicas, é exigida a posse de um diploma de associado ou equivalente em áreas de informática forense, cibersegurança, investigação de crimes informáticos, segurança da informação, ciência da informática, engenharia de software para o exercício de funções em áreas pertinentes, ou possuir bacharelato nestas áreas. O ingresso na carreira de técnico superior de ciências forenses exige a posse de licenciatura ou habilitação equivalente nas áreas acima mencionadas.

Além disso, PJ proporciona dinamicamente vários tipos de formação para o pessoal que desempenha funções nestas áreas, enviando para o Interior da China, Hong Kong, Singapura e outras partes do mundo para participarem em formações profissionais e intercâmbios organizados pelas polícias locais e pela Interpol. A par disso, apoia activamente a inscrição e obtenção de certificações profissionais reconhecidas nacionalmente, tais como Profissionais de Segurança da Informação (CISP), Profissionais de Defesa da Cibersegurança (NSATP-D), Profissionais de Avaliação de Penetração da Cibersegurança (NSATP-A), entre outras, no sentido de expandir continuamente a visão internacional, o sentido da consciência da conjuntura geral e as competências profissionais do pessoal efectivo, a PJ tem usado diferentes canais e formas.

2. Serão tomadas iniciativas de estabelecer com o Interior da China objectivos mais concretos para a passagem fronteiriça inteligente?

Resposta da Secretaria para a Segurança:

O CPSP, a DSFSM e a Estação Geral de Inspeção Fronteiriça de Zhuhai continuam a promover o estudo e os trabalhos de construção para a actualização da função “sem exibição de documento de identificação” nos corredores de inspecção fronteiriça “One-Stop” do Posto Fronteiriço Hengqin, procurando-se que o funcionamento seja concretizado dentro do ano de 2026, assim permitirá que os condutores utilizem o “reconhecimento facial” em vez de “leitura do documento” para a passagem fronteiriça, aumentando ainda mais a eficiência e conveniência na passagem fronteiriça. Além disso, os departamentos das duas jurisdições continuam a aperfeiçoar e a melhorar o sistema e os equipamentos dos corredores de veículos “One-Stop”, para aumentar a eficiência do fluxo de veículos na passagem fronteiriça.

Por outro lado, para aumentar efectivamente a eficiência da passagem fronteiriça nos corredores de veículos do Posto Fronteiriço Hengqin, a área da segurança e os departamentos competentes da Zona de Cooperação, promovem em conjunto a investigação para a construção de um sistema de inspecção de veículos inteligente e a integração dos procedimentos de inspecção dos departamentos de inspecção e verificação dos postos fronteiriços de Macau e de Hengqin, visando realizar, gradualmente, uma única paragem para inspecção do veículo, a partilha e utilização comum de informações, a determinação simultânea de resultados, a redução do número de inspecções e do tempo de espera dos veículos transfronteiriços, aumentando a eficiência da passagem fronteiriça. Os respectivos trabalhos estão a decorrer de forma contínua.

No que diz respeito ao desalfandegamento de mercadorias, os SA cooperam com a Alfândega de Gongbei para implementar o modo “inspecção por um único aparelho”, no qual ambas as partes partilham as informações de imagem dos equipamentos de inspecção de grandes contentores/veículos e os resultados de monitorização da radiação nuclear, a fim de evitar a duplicação de inspecção, aumentando efectivamente a eficiência logística. Os SA utilizam

tecnologias como computação em nuvem, megadados e inteligência artificial para construir um novo modelo de supervisão que tem como núcleo a gestão de risco, concretizando uma gestão de circuito fechado de “prevenção antecipada, intervenção rápida durante a ocorrência, e retroação e rastreabilidade pós-incidente”. Simultaneamente, continuarão a aprofundar a cooperação com a Administração Geral da Alfândega, investigando em conjunto a promoção de projectos de passagem fronteiriça mais eficientes e convenientes, e impulsionando a construção integrada da prevenção e controlo de riscos, para melhorar de forma abrangente a capacidade de controlo de riscos transfronteiriços e o nível de facilitação do comércio.

XVI. Lam Fat Iam

1. Os drones ou embarcações de salvamento do Interior da China podem atracar em portos de Macau ou entrar em Macau cumprir uma missão? Além disso, os veículos de bombeiros das duas jurisdições podem ligar-se perfeitamente nos equipamentos, por exemplo, a ligação das bocas de incêndio.

Resposta da Secretaria para a Segurança:

De acordo com o princípio “um país, dois sistemas” estabelecido pela Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau, os drones ou embarcações de socorro do Interior da China não podem entrar por iniciativa própria em Macau para cumprir missões. Com base na Lei do Estacionamento de Tropas na Região Administrativa Especial de Macau, o Governo da RAEM pode, quando necessário, solicitar ao Governo Popular Central a assistência da Guarnição de Macau para a manutenção da ordem da sociedade e o socorro em eventuais calamidades. Embora a Lei do Estacionamento de Tropas regule principalmente as acções da “Guarnição de Macau”, o mecanismo de pedido de assistência central do Governo da RAEM é igualmente aplicável para coordenar outras acções de salvamento do Interior da China.

A par disso, os governos de Guangdong, Hong Kong e Macau assinaram, em Junho de 2024, o “Acordo-Quadro de Cooperação sobre Gestão de Emergência Guangdong-Hong Kong-Macau e Acções de Resgate de Emergência da Grande Baía”, para elaborar em conjunto o “Plano de Operação de Resgate de Emergência da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau”. Este mecanismo estipula que, em caso da carência de recursos de resgate de emergência ou de incapacidade de resposta eficazmente a um incidente grave e inesperado, a parte que solicita assistência pode activar o mecanismo de coordenação ao nível governamental, pedindo auxílio às cidades vizinhas da Grande Baía. Com base no respeito pelo princípio da territorialidade, é desenvolvida uma cooperação transfronteiriça de salvamento para responder em conjunto a grandes catástrofes que afectem a segurança da Grande Baía.

Em relação aos diferentes tipos de veículos de bombeiros utilizados em vários locais da

Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau, nomeadamente as bocas de incêndio e mangueiras de incêndio, bem como as ligações de entrada/saída de água nos veículos de bombeiros, o Corpo de Bombeiros (CB) adquiriu adaptadores relevantes que são compatíveis com os equipamentos actualmente utilizados no Interior da China e em Hong Kong.

Todos os veículos de bombas do CB estão equipados com ferramentas que podem ser ligadas às bocas de incêndio do Interior da China para extrair água, e as ferramentas que necessitam de ligação eléctrica ou recarga também estão equipadas com interfaces compatíveis com o sistema de energia do Interior da China.

2. Em termos de polícia turística, será possível, com base nos efectivos policiais existentes, proceder a uma alocação para ampliar o quadro de pessoal?

Resposta da Secretaria para a Segurança:

O CPSP criou, em 2017, uma equipa de polícia turística, que efectua patrulhas e nos pontos turísticos e nas áreas circundantes dos postos fronteiriços com maior movimento, dedicando-se a manter e a salvaguardar a ordem pública e a boa imagem de Macau como “Centro Mundial de Turismo e Lazer”. Actualmente, um total de 227 elementos concluíram o “Curso de Formação de Polícia Turística” do CPSP, todos possuem qualificações relevantes, dos quais 69 desempenham efectivamente funções de polícia turística. A polícia turística está primacialmente afecta às áreas turísticas e aos postos fronteiriços com grande concentração de pessoas, competindo-lhe prestar informações e assistência a residentes e visitantes, executar trabalho policial de rotina, prevenir e combater a criminalidade, lidar com incidentes súbitos, e ter especial atenção à circulação das multidões, implementando oportunamente a gestão de multidões para garantir a ordem e segurança públicas.

O CPSP ajustará continuamente a área de patrulha da polícia turística de acordo com factores como as variações no fluxo de turistas, e complementar o pessoal conforme as necessidades reais, no sentido de prestar serviços convenientes, eficientes e de qualidade aos residentes e aos turistas.

XVII. José Maria Pereira Coutinho

1. Serão estabelecidas orientações com padrões de segurança relativamente aos equipamentos dos agentes das forças de segurança que efectuem patrulhas nas vias públicas em situações de tufão, de modo a clarificar quais os equipamentos que podem ser utilizados nas referidas patrulhas?

Resposta da Secretaria para a Segurança:

A área da segurança atribui muita importância à garantia de segurança do pessoal em serviço durante a passagem de tufão, colocando sempre a prioridade na segurança da vida do pessoal. Durante o período de tufão, todos os departamentos executam com rigor as instruções internas de trabalho, alocando de forma ordenada o pessoal, os veículos e os meios materiais relevantes. Os agentes destacados para serviço externo ou para missões de evacuação necessitam ainda de usar capacete de protecção contra o vento, dependendo do ambiente de trabalho devem portar em extra coletes de salvação, calças impermeáveis de meio comprimento com botas de chuva, luvas resistentes ao corte, espas de salvamento, bóias de salvação e equipamentos de localização. Enquanto estiver hasteado o sinal 8 de tempestade tropical, a Polícia, destaca mais viaturas, nomeadamente jipes com sistemas de aspiração de ar modificados (e equipados com rede de aço), veículos anfíbios, veículos blindados de transporte de pessoal e viaturas tácticas (que podem ser utilizadas para o resgate em edifícios com quatro andares ou menos) para missões de patrulha, tudo de acordo com a situação real.

No futuro, as autoridades de segurança continuarão a examinar o estado de utilização do equipamento de protecção civil, procedendo oportunamente à aquisição e à actualização de viaturas comuns e viaturas especiais, materiais de socorro e de desobstrução, bem como de ferramentas e equipamentos relacionados, no sentido de melhorar ainda mais a capacidade de resposta a catástrofes como os tufões.

2. Serão estabelecidos controlos de segurança em todos os locais de trabalho das forças de segurança?

Resposta da Secretaria para a Segurança:

Todos os serviços da área da segurança, de acordo com as necessidades reais dos diferentes locais de trabalho estão equipados com dispositivos de segurança como controlo de acesso, controlo de segurança e sistemas de videovigilância, podendo também estar dotados de guardas de segurança, entre outros. Em alguns locais é necessário efectuar o registo de visitantes, bem como a inspecção de objectos pessoais. Em algumas áreas abertas ao público de alguns departamentos, salas para denúncia e queixa do CPSP ou locais para os cidadãos pagarem taxas, entre outros, consideradas com base em factores devidamente aferidos como de baixo risco de segurança e para facilitação dos cidadãos, não estão presentemente implementadas medidas de controlo de segurança. No futuro, todos os serviços da área da segurança procederão ao ajustamento oportuno das medidas relevantes, em função das alterações da situação da sociedade e das necessidades de segurança.

3. Face aos procedimentos de declaração de ausência no território para o pessoal das forças de segurança, estes poderão ser optimizados através do governo electrónico? Por exemplo, ao pessoal que possui habitação no Interior da China poderá dispensar a obrigação de declaração de ausência no território?

Resposta da Secretaria para a Segurança:

O pessoal dos SA e da PJ já pode submeter a declaração de ausência do território por meio electrónico. Os restantes departamentos da área da segurança estão também a promover e a implementar a digitalização da declaração de ausência do território.

De acordo com os termos previstos no artigo 95.º (Dever de disponibilidade) da Lei n.º 13/2021 (Estatuto dos agentes das Forças e Serviços de Segurança), em situações de emergência, acidente grave, catástrofe ou calamidade, entre outras situações excepcionais, o pessoal pode ser chamado para chegar rapidamente a um local designado para executar tarefas.

Para garantir a eficiência da mobilização de pessoal em situações de emergência, as forças e serviços de segurança necessitam de contabilizar a situação das entradas e saídas do território do seu pessoal, a fim de compreender imediatamente a dimensão da força de trabalho disponível, assegurando que existe pessoal suficiente para responder às necessidades da aplicação da lei, para lidar com situações súbitas, e para salvaguardar a segurança pública e a estabilidade da ordem social.

Em articulação com o desenvolvimento integrado da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau e, simultaneamente, a salvaguarda dos direitos e dos interesses do pessoal transfronteiriço das forças de segurança que tem propriedades imóveis no Interior da China como residência habitual, os diversos departamentos da área da segurança, com base nas tendências de desenvolvimento social e em conformidade com os requisitos legais, continuarão a examinar e a optimizar as medidas actuais de declaração de saída do território, procurando alcançar um equilíbrio entre a conveniência para o pessoal e a eficácia da gestão.

XVIII. Loi I Weng

1. No que tocam aos locais com maior frequência de actividades de prostituição, irá destacar regularmente agentes nesses locais ou estabelecer um mecanismo de comunicação? Irá combater ainda mais as actividades de prostituição na comunidade, através da revisão da lei.

Resposta da Secretaria para a Segurança:

As actividades de prostituição não só perturbam os residentes e turistas, como também poderão dar origem a exploração da prostituição, ao tráfico de pessoas entre outra criminalidade associada. Para manter a segurança da sociedade e a estabilidade da ordem pública, a Polícia nunca poupa esforços na prevenção e no combate deste fenómeno.

Em relação aos bairros antigos e às zonas turísticas onde as actividades de prostituição são mais frequentes, a Polícia continuará a recolher informações através de operação “Trovoada”, operação “Preventiva do Inverno”, entre outras operações conjuntas de grande escala, patrulhamentos rotineiros, investigação à civil, denúncias dos residentes e das empresas de administração de condomínios, ou do “Mecanismo de ligação policial comunitário” e do “Mecanismo de ligação policial no sector hoteleiro”, e ainda através de análise situacional e dos estudos, a definir os patrulhamentos regulares e as operações específicas de combate. Entre Janeiro e Outubro de 2025, a Polícia desenvolveu 184 operações policiais relevantes, foram interceptados 225 indivíduos fortemente indiciados de ligação às actividades de prostituição e resolvidos 25 casos de exploração da prostituição.

Actualmente, prevêm-se no Código Penal e na Lei da Criminalidade Organizada os “crimes de lenocínio” e de “exploração à prostituição”. E em relação às prostitutas, a Polícia revoga, nos termos legais, a autorização de permanência e aplica a medida de interdição de entrada de acordo com o previsto na Lei n.º 16/2021 (Regime jurídico do controlo de migração e das autorizações de permanência e residência na Região Administrativa Especial de Macau). Se uma prostituta aliciar a terceiros para a prática de actos sexuais em local público, a infractora (a prostituta) é punida pela Polícia com a multa de 5.000 patacas, nos termos previstos no artigo 35.º da Lei da Criminalidade

Organizada.

Quanto às sugestões de revisão das leis para aumentar as penalizações relacionadas com as actividades de prostituição, em particular as que envolvem penalizações criminais, estas devem ser precedidas no contexto de um amplo consenso da sociedade. A Polícia mantém sempre numa posição aberta sobre esta matéria, no futuro, caso o Governo da RAEM venha a iniciar o respectivo processo de revisão da lei, a Polícia dará sugestões no âmbito das suas atribuições com base no seu conhecimento e experiência pragmática de execução da lei.

XIX. Kou Kam Fai

1. No projecto juvenil das forças de segurança, será possível inscrever-se primeiro e depois é que se faz a escolha de diferentes projectos?

Resposta da Secretaria para a Segurança:

São realizados projectos juvenis em todos os serviços da área da segurança, tendo em conta que existem diferentes atribuições, organização de trabalho e disposição de pessoal em todos os departamentos, fazendo com que a data do lançamento, o conteúdo das actividades, os requisitos dos destinatários, bem como os procedimentos de selecção dos projectos juvenis sejam diferentes em todos os departamentos. Portanto, actualmente, todos os departamentos definem os seus próprios critérios de selecção com base nas suas necessidades, procedendo a candidaturas independentes.

Para atingir uma coordenação sincronizada no recrutamento de jovens entre os departamentos, seria necessário injectar um número considerável de recursos humanos, materiais e tempo para comunicação e negociação. Mais, durante o processo de implementação ocorrem vários factores que podem levar a uma coordenação ineficaz, afectando a eficácia do projecto em geral, pelo que, quanto à sugestão de “inscrever-se primeiro e depois é que se faz a escolha de diferentes projectos”, os departamentos relevantes da área da segurança procederão a uma coordenação e estudo mais aprofundados, de acordo com a situação real.